

Mediação e representação da informação nos arquivos municipais

Mediation and representation of information in municipal archives

ELIEZER PIRES DA SILVA

Arquivista do Arquivo Nacional do Brasil e professor da UNIRIO
eliezerpires@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6778-0430>

MARÍA MANUELA MORO CABERO

Professora titular Universidade de Salamanca
moroca@usal.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5301-1924>

MARCOS VINÍCIUS BITTENCOURT DE SOUZA

Profesor en Universidad Federal de Santa María
marcos.cpd@ufsm.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5292-7658>

RESUMO

Os arquivos municipais realizam uma importante mediação da informação arquivística no âmbito da cidade e são fontes muito importantes para a pesquisa histórica e para a construção de memória e identidade dos diferentes grupos sociais. Essas instituições são essenciais para a cidadania e vida comunitária. Os arquivos públicos municipais têm a função de divulgar e difundir informações, contribuindo para a democratização do acesso ao conhecimento. O objetivo desta pesquisa é investigar a mediação e a representação da informação arquivística no espectro das cidades,

considerando os recursos de pesquisa que permitem os usuários terem acesso a informações sobre o patrimônio arquivístico do lugar onde vivem. A metodologia adotada para reconhecer o cenário de mediação e representação da informação arquivística nos arquivos municipais combina uma articulação conceitual com base na literatura da Arquivologia, mais um levantamento empírico de *sites* dos arquivos de cidades brasileiras. Ao combinar essas perspectivas de observação e análise é possível obter uma compreensão mais abrangente sobre como os arquivos públicos estão disponibilizando informações para seus usuários. Os resultados apontam para a necessidade de avanço nos instrumentos de pesquisa disponíveis pelas instituições que anunciam ter essa finalidade para os acervos que organizam e preservam. Dentre os resultados destaca-se o alcance da mediação observada para arquivos em comparação com os estaduais. Além disso, aportamos aos indicadores de existência de arquivos municipais a sua correspondência de população. Os arquivos municipais são mediadores da informação arquivística nas cidades e há necessidade de aprimoramento dos recursos de pesquisa disponíveis nessas instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Representação da informação arquivística; Mediação arquivística; Arquivos Municipais; Brasil.

ABSTRACT

Municipal archives carry out an important mediation of archival information within the city and are very important sources for historical research and for the construction of memory and identity of different social groups. These institutions are essential to citizenship and community life. Municipal public archives have the function of disseminating information, contributing to the democratization of access to knowledge. The objective of this research is to investigate the mediation and representation of archival information in the spectrum of cities, considering the research resources that allow users to have access to information about the archival heritage of the place where they live. The methodology adopted to recognize the scenario of mediation and representation of archival information in municipal archives combined a conceptual articulation based on the literature of Archival Science, plus an empirical survey of archive sites in Brazilian cities. By combining these perspectives of observation and analysis, it is possible to gain a more comprehensive understanding of how public archives are making information available to their users. The results point to the need to advance the research instruments available by institutions that announce that they have this

purpose for the collections they organize and preserve. Among the results, the scope of mediation observed for archives in comparison with state archives stands out. In addition, we add to the indicators of existence of municipal archives their population correspondence. Municipal archives are mediators of archival information in cities and there is a need to improve the research resources available in these institutions.

KEYWORDS: Representation of archival information; Archival mediation; Municipal Archives; Brazil.

Introdução

As instituições arquivísticas desempenham um papel fundamental na garantia do acesso aos documentos que estão sob sua custódia. Essas instituições têm a responsabilidade social de preservar e disponibilizar informações contidas nos registros para os usuários interessados. Nesse processo, os instrumentos de pesquisa desempenham uma função essencial. Eles são criados durante o tratamento técnico dos acervos e têm como objetivo representar o conteúdo dos documentos de forma organizada e acessível. Dessa forma, os instrumentos de pesquisa concretizam uma mediação realizada pelas instituições arquivísticas.

A mediação nos arquivos públicos apresenta algumas características: promover o acesso democrático aos documentos e informações armazenadas; preservar e proteger o patrimônio cultural configurado a partir dos documentos; engajar o público, compartilhando conhecimento e despertando o interesse pela memória coletiva.

A problematização desta pesquisa refere-se à natureza dessa mediação entre o documento e o usuário nos arquivos: Como a representação elaborada pela equipe profissional influencia o modo como os usuários acessam e interpretam os documentos? Quais são os arquivos municipais brasileiros que realizam essa mediação para atender às necessidades dos usuários? Há diferenças em relação aos estaduais? Quais são os estados que se destacam? Podem-se observar diferenças regionais? Essas são algumas das questões exploradas nesta investigação, buscando aprimorar a prática arquivística e melhorar a experiência de busca por informação dos usuários nos arquivos.

O objetivo geral é investigar a mediação e a representação da informação arquivística no espectro da municipalidade, considerando os recursos de pesquisa que permitem os usuários terem acesso a informações sobre o

patrimônio cultural e histórico do lugar onde vivem. Além disso, comparam-se com os arquivos estaduais e analisam-se outros fatores de confluência como população ou distribuição nos estados e regiões.

A metodologia adotada para reconhecer o cenário de mediação e representação da informação arquivística nos arquivos municipais combinou uma articulação conceitual com base na literatura da Arquivologia com um levantamento empírico dos *sites* dos arquivos de cidades brasileiras entre fevereiro e maio de 2023¹. Ao combinar essas perspectivas de observação e análise é possível obter uma compreensão mais abrangente sobre o que são e como os arquivos públicos municipais estão disponibilizando informações para seus usuários.

As razões e as funções dos arquivos para o estado e a sociedade hoje

A história das funções dos arquivos remonta ao surgimento da escrita. Desde os registros em tabuletas de argila na Mesopotâmia antiga, passando pelos papiros do Egito, pelos pergaminhos medievais até os documentos digitais atuais, arquivos têm desempenhado uma diversidade de funções importantes na organização das sociedades (Mckemmish et al., 2005; Eastwood, 2016; Cook, 2011).

No mundo antigo, os arquivos eram usados principalmente para manter registros administrativos, como listas de tributos e de propriedade. Na Idade Média, os mosteiros eram responsáveis por manter os documentos das transações comerciais e financeiras por si desenvolvidas, bem como por preservar as obras literárias e religiosas. Durante a Revolução Francesa, os arquivos foram usados como ferramentas para a construção da identidade nacional e para a criação de uma nova ordem política e social (Nesmith, 1999).

No século XX, os arquivos passaram a ter um papel fundamental na gestão dos assuntos públicos e na garantia dos direitos democráticos. Além disso, a revolução digital transformou os arquivos, aumentando capacidade de armazenamento e facilidade de acesso às informações (Freitas & Silva, 2023).

Atualmente os arquivos desempenham uma variedade de funções, desde a preservação da memória e da cultura até a garantia da transparência e da responsabilização do governo e das instituições públicas. Eles são fundamen-

¹ Também foram realizadas observações *in loco* em dez instituições de arquivo representativas envolvendo Brasil, Espanha e Portugal.

tais para a pesquisa acadêmica e para a gestão das informações em organizações públicas e privadas.

O Estado produz e mantém arquivos por diversas razões, incluindo sua prestação de contas perante a sociedade pelos seus atos e decisões; a transparência governamental, possibilitando a avaliação da eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas; a construção de memórias coletivas, permitindo a preservação e a divulgação da história e da cultura do país; além da proteção dos direitos e garantias fundamentais, como é o caso do direito à informação pelos cidadãos. A manutenção de arquivos públicos é uma obrigação do Estado e um direito da sociedade (Fonseca, 1998).

As configurações de uso social dos arquivos são sustentadas por diversos elementos teórico-conceituais, que ajudam a compreender a natureza e o significado dos arquivos como instituições e recursos de informação. A função social dos arquivos atualmente permite que se observe não apenas depósitos passivos de documentos, mas sim instituições ativas que têm a responsabilidade de garantir o acesso e a utilização dos documentos pelos usuários, envolve a preservação, a organização e a disponibilização dos documentos para fins de informação, memória e prestação de contas.

Com o avanço da tecnologia e o aumento da quantidade de dados gerados, a importância e o uso dos arquivos continuam a crescer. Há uma percepção social a ser ampliada sobre a utilidade dos arquivos como ferramentas fundamentais para a preservação da informação, a tomada de decisões, a pesquisa, a transparência e a memória coletiva. Os arquivos desempenham um papel vital em várias esferas da sociedade.

Terry Cook (2011) é um teórico arquivístico que contribuiu significativamente para a compreensão das funções dos arquivos na pós-modernidade. Ele defende a ideia de que os arquivos desempenham papéis múltiplos e complexos na sociedade contemporânea. Esse autor destaca o empoderamento e engajamento cívico na medida em que os arquivos capacitam as pessoas a entenderem seu contexto social e a participarem ativamente da tomada de decisões.

Em um contexto de desconstrução de narrativas dominantes, os arquivos têm o potencial de subsidiar questionamentos sobre visões históricas unilaterais, favorecendo novas interpretações do passado, que podem emergir de vozes ainda marginalizadas na sociedade contemporânea (Brilmyer et al., 2019).

Ademais, nos ambientes e governos em transformação digital, os arquivos deveriam ser considerados como nós de uma rede mais ampla, como espaços de transição, de transformação, onde a mediação se orienta para o uso de tecnologias sociais para que seja, precisamente, a cidadania, aquela

responsável por autenticar o arquivo propriamente dito, tal e como expressa James Lowry (2020, p. 44, tradução nossa) ao afirmar que: “Na sociedade do controle, o arquivo não é o lugar final da autenticação, o arquivo é um nó na rede e um componente de um fluxo de informação sempre em processo”².

Destas ideais derivam uma inversão onde tanto o arquivo quanto o arquivista são invisíveis, orientados à transformação dos serviços públicos para seus usuários, isto é, para a cidadania.

Os fundamentos do acesso à informação nos arquivos públicos

O acesso à informação nos arquivos públicos é essencial para fortalecer a democracia, permitir a participação cidadã e garantir que o governo seja responsável perante os cidadãos. Baseia-se na compreensão de que efetiva a transparência e a prestação de contas por parte das instituições governamentais. Entende-se que os cidadãos têm o direito de conhecer as ações e decisões do governo por intermédio de informações produzidas e mantidas que devem estar disponíveis para o público, salvo exceções legalmente previstas (Rosa & Cabero, 2019).

Espera-se cada vez mais que instituições governamentais disponibilizem proativamente as informações de interesse público, sem a necessidade de solicitações específicas dos cidadãos, independentemente de sua posição social, econômica ou outro critério de segregação. Isso significa que elas devem disponibilizar informações relevantes de forma acessível, clara e compreensível, utilizando meios como *websites*, relatórios públicos, publicações ou redes sociais (Sezinando & Silva, 2022).

Os cidadãos têm o direito de conhecer e avaliar as ações e políticas governamentais, o que promove a responsabilidade e a transparência na administração pública. Embora o acesso à informação seja a regra, existem algumas exceções legais que podem restringir ou limitar o acesso a determinadas informações, como aquelas relacionadas à segurança do Estado ou da Sociedade, privacidade pessoal, segredos comerciais, por exemplo.

No Brasil, de acordo com Rodrigues (2011), a legislação sobre acesso aos arquivos enfatiza o segredo e o poder político tem adotado uma postura “reativa” diante de demandas em relação ao tema. A tradição brasileira em relação

² Lowry, J. (2020, p. 44): “En la sociedad del control, el archivo no es el lugar final de la autenticación, el archivo es un nodo en una red y un componente de un flujo de información siempre en proceso.”

ao acesso aos arquivos é pela ênfase no sigilo. Durante os governos militares entre 1964 e 1985, o regime buscou o segredo governamental por meio de decretos. No final da década de 1980, diante da nova conjuntura nacional e internacional, a necessidade de uma legislação arquivística se impôs na agenda política brasileira. O advento da nova Constituição Federal, em 1988, trouxe uma nova visão do que seria uma legislação arquivística. Nos governos civis, desde a década de 1990, tem pesado bastante o interesse em proteger os atos de governantes do controle social do que em lhes dar publicidade e transparência.

Os fundamentos do acesso à informação nos arquivos públicos devem estar baseados em princípios de transparência, democracia e cidadania (Sezinando & Silva, 2022). Alguns desses fundamentos incluem:

- Direito à informação: direito humano fundamental que está presente em diversas legislações nacionais e internacionais. Ele reconhece que todas as pessoas têm o direito de buscar, receber e difundir informações de interesse público.
- Transparência governamental: princípio que estabelece que o governo deve ser transparente em suas ações e decisões, permitindo que a sociedade tenha acesso às informações e documentos produzidos pelo Estado. Isso permite que a sociedade possa fiscalizar as ações do governo e cobrar responsabilidade e transparência.
- *Accountability* ou responsabilização: o Estado deve ser responsável pelas suas ações e decisões, prestando contas à sociedade. Os arquivos públicos são uma fonte importante de informação para a *accountability*, permitindo que a sociedade possa avaliar a legalidade e a legitimidade das ações do governo.
- Participação cidadã: a sociedade deve ter participação ativa na tomada de decisões políticas. O acesso à informação é um elemento essencial para a participação cidadã, permitindo que a sociedade tenha informações necessárias para participar efetivamente das decisões políticas.
- Preservação da memória: os arquivos públicos são importantes para a preservação da memória histórica, permitindo que a sociedade tenha acesso às informações sobre o passado. Isso é essencial para a compreensão da história e da cultura de uma determinada sociedade ou comunidade.

Esses são alguns dos fundamentos do acesso à informação nos arquivos públicos, reconhecendo a importância da informação para o exercício dos

direitos humanos e para o fortalecimento da sociedade civil. Anne Gilliland (2011) tem se concentrado na interseção entre arquivos e direitos humanos. Ela argumenta que o acesso à informação nos arquivos é um direito humano fundamental que é essencial para a justiça social e a democracia.

Os usuários dos arquivos podem enfrentar vários obstáculos ao acessar ou utilizar esses recursos informacionais. Em alguns casos, os arquivos podem estar inacessíveis ao público ou têm restrições de acesso devido a aspectos de privacidade, segurança ou direitos autorais. Isso pode dificultar o acesso às informações contidas nos arquivos, especialmente para pesquisadores, estudantes e membros do público em geral (Silva & Gomes, 2023).

Se os arquivos não forem adequadamente organizados e descritos, pode ser difícil localizar informações específicas ou realizar pesquisas eficientes. A falta de descrição arquivística adequada dificulta a busca e a recuperação de informações. Documentos antigos que ainda não foram digitalizados significa que só podem ser acessados fisicamente, limita a disponibilidade e o acesso a esses recursos informacionais, especialmente para aqueles que não têm a oportunidade de visitar pessoalmente essas instituições.

Arquivos digitais armazenados em formatos obsoletos ou proprietários podem representar um desafio para os usuários na medida em que não podem ser abertos ou lidos com as ferramentas e softwares disponíveis atualmente, impedindo acessar e interpretar as informações contidas neles.

Alguns documentos de arquivo contêm terminologia em desuso, caligrafia difícil de ler ou até mesmo idiomas desconhecidos e isso dificulta a compreensão e interpretação das informações contidas nos arquivos, exigindo conhecimento especializado ou auxílio adicional. Esses documentos mais antigos podem apresentar condições físicas deterioradas ao longo do tempo, devido a fatores como umidade, luz solar, pragas ou má conservação, tornando os documentos ilegíveis. Isso representa um desafio para os usuários que desejam acessar esses acervos.

Olhando para o futuro, os arquivos podem adotar várias estratégias para ampliar o acesso aos seus acervos e garantir que as informações contidas neles sejam disponibilizadas ao maior número possível de usuários. Ao criarem descrições arquivísticas consistentes e atribuírem metadados aos documentos, os arquivos tornam mais fácil a busca e a recuperação de informações específicas. Isso facilita a navegação pelos acervos e permite que os usuários encontrem rapidamente os documentos relevantes para suas pesquisas ou interesses. A indexação também pode envolver a criação de vocabulários controlados e a padronização dos termos utilizados nos metadados, para facilitar a interoperabilidade e a pesquisa entre diferentes acervos (Orrico & Silva, 2019).

Os arquivos devem desempenhar um papel ativo na educação patrimonial e divulgação, promovendo eventos, *workshops*, cursos e palestras relacionadas aos seus acervos. Esses programas de educação patrimonial devem alcançar escolas, treinamento para pesquisadores ou atividades para o público em geral. Ao compartilharem conhecimentos e informações sobre os acervos, os arquivos despertam interesse e incentivam o acesso aos seus recursos (Silva & Gomes, 2023).

A acessibilidade para pessoas com deficiência é um tema importante que os arquivos devem enfrentar e está associado ao acesso aos documentos, considerando as pessoas com deficiência visual, auditiva ou outras necessidades especiais (Jimerson, 2008). Isso pode envolver a disponibilização de versões em formato acessível, como áudio descrição, legendas e textos alternativos, além de garantir que as plataformas e tecnologias utilizadas sejam acessíveis e compatíveis com as diretrizes de acessibilidade. Essas estratégias podem ajudar os arquivos a ampliar o acesso aos seus acervos.

Como tem sido argumentado neste texto, o acesso à informação nos arquivos públicos é regido por alguns aspectos fundamentais que visam promover a transparência, a prestação de contas e a participação cidadã e podem variar dependendo da legislação de cada país, mas geralmente são marcos legais definindo exceções legítimas e restrições ao acesso quando necessário. Isso significa que o acesso não pode ser negado com base em características pessoais, como nacionalidade, sexo, raça ou religião (Sezinando & Silva, 2022). É importante ressaltar que a efetiva implementação desses aspectos depende da existência de uma cultura de transparência nas instituições, bem como o engajamento dos cidadãos na busca por informações e no exercício de seus direitos.

A mediação e a representação da informação nos arquivos

A mediação da informação é um conceito central nas perspectivas arquivísticas contemporâneas, que buscam compreender como o fenômeno arquivístico envolve instrumentos que funcionam como mediadores entre os produtores e usuários de informação. Na relação entre os arquivos e as sociedades em que estão inseridos, a mediação da informação se insere na preservação e na disponibilização de documentos autênticos e confiáveis, além de configurar um papel fundamental das instituições arquivísticas na construção e manutenção da memória coletiva (Jardim & Fonseca, 2004).

A mediação nos arquivos lança luz sobre três atividades fundamentais à representação arquivística: classificação, descrição e acesso. Nos ambientes digitais, o uso e reutilização da informação também representa uma atividade relevante. A classificação arquivística promove uma organização lógica e coerente dos documentos, facilitando sua localização e recuperação. A descrição se inscreve em um processo de elaboração de instrumentos de pesquisa que fornecem informações sobre os documentos arquivísticos. O acesso concretiza o uso de documentos e informações arquivísticas por usuários. Isso significa que a estrutura de classificação deve ser refletida na descrição dos documentos, e as informações descritivas facilitam o acesso aos documentos.

Lousada (2016) enfatiza a importância de se compreender a mediação da informação nos arquivos a partir de uma perspectiva interdisciplinar, que articule conceitos e abordagens de diferentes áreas do conhecimento, como a arquivologia, a biblioteconomia, a ciência da informação e a tecnologia da informação.

Nessa perspectiva, a mediação da informação arquivística possui alguns elementos caracterizadores (Freitas & Silva, 2023):

1. Contextualização do acervo: o instrumento de representação deve fornecer informações contextuais sobre os documentos, como a instituição produtora, as funções, a estrutura organizacional. Essas informações ajudam a compreender o contexto de produção dos documentos e são importantes para sua interpretação.
2. Identificação do documento: deve permitir a identificação precisa dos documentos arquivísticos, com base em elementos como o título, data, autoria, tipologia documental. Esses elementos ajudam a identificar os documentos de interesse e a localizá-los no arquivo.
3. Representação da informação: descrição detalhada dos documentos arquivísticos, incluindo informações sobre o conteúdo e assunto.
4. Acesso: fornecer informações claras e precisas sobre as políticas e procedimentos de acesso aos documentos arquivísticos, incluindo as restrições de acesso, as condições para a sua consulta e reprodução.

A mediação e a representação da informação são conceitos fundamentais para a Arquivologia, pois elucidam como as informações contidas nos documentos devem ser organizadas e disponibilizadas para os usuários de maneira eficiente e acessível (Lousada, 2016).

A relação entre mediação e representação da informação nos arquivos é estreita. A representação da informação permite que a mediação seja eficiente e eficaz. Por exemplo, a criação de um inventário detalhado de um acervo arquivístico é um instrumento de mediação que permite que o usuário identifique e localize os documentos de interesse, e a criação de descrições arquivísticas precisas e completas é uma forma de representação, que permite que os usuários compreendam a natureza e o conteúdo dos documentos.

A ampliação do uso das tecnologias da informação tem provocado a redefinição dos modelos de serviços de informação. Aborda-se a conceção de serviços de informação voltados para o usuário e suas implicações no planejamento e na gestão de unidades de informação arquivística.

A mediação nos arquivos envolve a utilização de diversos instrumentos e práticas na promoção do acesso à informação e na facilitação do uso dos arquivos, envolvendo: diretrizes e princípios para o acesso à informação nos arquivos; formulários e modelos de solicitações de acesso, tornando o processo mais eficiente; presença de um mediador ou facilitador para esclarecer dúvidas e auxiliar os usuários tanto em um ambiente físico quanto por meio de plataformas de comunicação *online* (Pereira & Silva, 2019).

Espera-se uma abordagem cada vez mais inclusiva das diferenças na mediação realizada pelas instituições arquivísticas, valorizando diversas perspectivas, experiências e identidades dos sujeitos e grupos. Isso implica compreender as diferentes práticas, valores, crenças e tradições, e adaptar a abordagem de mediação de acordo com esses contextos culturais (Silva, 2018).

Nessa perspectiva as instituições arquivísticas devem se esforçar para utilizar uma linguagem inclusiva, evitando expressões discriminatórias ou excludentes, adotando uma linguagem neutra, que respeite a diversidade de gênero e evite preconceitos. Isso se desdobra na identificação e na valorização de perspectivas marginalizadas, que tenham sido negligenciadas nos tradicionais instrumentos de pesquisa nos arquivos (Silva, 2013).

Propõe-se a compreensão de uma mediação arquivística centrada no usuário que enfatiza a importância do usuário no processo de acesso e uso dos arquivos. Tradicionalmente, os arquivos foram gerenciados e disponibilizados de acordo com as práticas arquivísticas estabelecidas, com pouca consideração às necessidades e perspectivas dos usuários. No entanto, com o avanço das tecnologias e a crescente demanda por acesso à informação, a mediação arquivística centrada no usuário busca colocar o usuário no centro das atividades arquivísticas.

As características essenciais dessa perspectiva de fortalecimento da relação entre os usuários e as instituições arquivísticas são: arquivos devem

ser organizados e descritos de forma a facilitar o acesso dos usuários; adoção de métodos de indexação com uso de linguagem clara e simples; criação de serviços de referência para atendimento personalizado; realização de pesquisas de satisfação com coleta de *feedback* dos usuários; programas educacionais para capacitar os usuários a compreender e utilizar os arquivos.

O cenário dos arquivos públicos instituídos no Brasil

No Brasil, ainda não há um censo com dados disponíveis sobre os arquivos públicos existentes. Trata-se de um conjunto de instituições responsáveis pela gestão, preservação e disponibilização de documentos de valor histórico, cultural e administrativo produzidos pelos órgãos públicos, além de alguns acervos privados, e são a autoridade sobre a gestão de documentos nessa esfera de governo.

Temos no país hoje cerca de um arquivo público para cada quinhentos e vinte mil habitantes e essa relação é insuficiente em face dos desafios nacionais de acesso público a informação, direito à memória e transparência do Estado. Atualmente são 26 arquivos estaduais e, aproximadamente, 382 arquivos municipais entre os 5.570 municípios. (Silva & Oliveira, 2020, p. 3)

O Brasil deveria contar com 27 arquivos públicos estaduais, considerando os 26 estados mais o Distrito Federal, um para cada unidade federativa do país. No cenário atual dos arquivos estaduais,

Identificamos informações sobre a existência de 24 arquivos estaduais. Dos 19 casos em que a instituição possui *site*, 12 disponibilizam uma base de dados para recuperação da informação no seu acervo. 16 instituições disponibilizam ao menos algum tipo tradicional de instrumento de pesquisa (inventário, catálogo, guia). (Silva & Gomes, 2023, pp. 524-525)

Já os arquivos municipais no Brasil são instituições de escopo local. Eles abrigam documentos como processos administrativos, leis, decretos, contratos, relatórios, correspondências relacionadas às suas atividades específicas, como educação, saúde, cultura, meio ambiente, urbanismo. Alguns

municípios preservam também atas de câmaras municipais, registros de batismos, casamentos e óbitos, mapas, fotografias, jornais antigos.

É importante ressaltar que a estrutura e a denominação dos arquivos municipais podem variar de acordo com cada município, pois não há um padrão nacional estabelecido. Além disso, alguns municípios podem não possuir arquivos específicos, concentrando seus documentos em outras instituições como, por exemplo, universidades, centros de memória. O comportamento quantitativo para os arquivos públicos estaduais e municipais mostra-se no quadro 1, onde se incorporam porcentagens para estados e municípios e arquivos ativos, assim como as cifras para aqueles dotados de *site*.

Titularidade	Estaduais		Municipais	
	Dados	Porcentagem	Dados	Porcentagem
Total de entes	27	100%	5.570 ³	100%
Arquivos ativos	24	88,88%	382	6.85%
Arquivos com <i>site</i>	19	70,37%	59	15,44%

Quadro 1 - Relação de arquivos estaduais e municipais ativos e com *site*. Fonte: elaborado pelos autores.

No quadro 1, mostram-se os dados comparados para os arquivos estaduais e municipais considerando o total de estados e municípios, bem como o total de arquivos em funcionamento para ambas as jurisdições e o total com *site* operativo. Incluem-se também as porcentagens para marcar as diferenças. Destaca-se os arquivos estaduais em 88,88% das 27 Unidades Federativas, sendo 70,37% com *site*. Na jurisdição municipal as porcentagens diminuem consideravelmente, com 6.85% do total dos municípios e 15,44% considerando os ativos. Estes dados permitem verificar a debilidade no diálogo e na mediação dos municípios para os usuários do patrimônio documental de arquivo.

No Anexo I estão identificados os 59 municípios brasileiros cujos arquivos públicos da cidade possuem um *site* (apenas 1,05% dos municípios), logo disponibilizam um recurso *online* para usuários realizarem algum nível de pesquisa de forma remota.

A seguir aportamos os dados dos arquivos municipais por estados, assim como uma tabela considerando a população onde podem analisar-se resultados interessantes.

³ <https://cidades.ibge.gov.br/>. O Cidades@ é o sistema agregador de informações do IBGE sobre os municípios e estados do Brasil.

Estado	Arquivo municipal	Arquivo com site	Cidade com mais de 100 mil habitantes	Total de cidades	Percentual de cidade com arquivo	Percentual de arquivo com site
Acre	Não	0	01	22	0%	0%
Alagoas	01	0	02	102	0,9%	0%
Amapá	Não	0	02	16	0%	0%
Amazonas	01	0	03	62	1,6%	0%
Bahia	21	4	17	417	5%	19%
Ceará	01	0	09	184	0,5%	0%
Espírito Santo	05	0	10	78	6,4%	0%
Goiás	02	0	14	246	0,8%	0%
Maranhão	Não	0	09	217	0%	0%
Mato Grosso	03	0	05	141	2,1%	0%
Mato Grosso do Sul	02	1	04	79	2,5%	50%
Minas Gerais	100	10	33	853	11,7%	10%
Pará	03	1	18	144	2%	33%
Paraíba	02	0	04	223	0,89%	0%
Paraná	07	1	21	399	1,7%	14,2%
Pernambuco	10	0	13	185	5,4%	0%
Piauí	02	0	02	224	0,89%	0%
Rio de Janeiro	9	4	30	92	10,86%	44,4%
Rio Grande do Norte	03	0	04	167	1,79%	0%
Rio Grande do Sul	38	10	19	497	7,6%	26,3%
Rondônia	02	0	03	52	3,8%	0%
Roraima	01	0	01	15	6,6%	0%
Santa Catarina	30	7	13	295	10,16%	23,3%
São Paulo	136	20	81	645	21,08%	14,7
Sergipe	01	0	03	75	1,33%	0%
Tocantins	01	0	02	139	0,7%	0%
Distrito Federal	1	1	01	01	100%	100%
Total	382	59	324	5570		

Quadro 2 - Municípios brasileiros que possuem arquivos públicos com site.

Fonte: elaborado pelos autores.

O cenário atual no quadro acima aponta para a seguinte distribuição regional do total dessas instituições arquivísticas municipais: Sudeste, 65,54%; Sul, 19,58%; Nordeste, 10,70%; Centro-Oeste, 2,09%. Norte, 2,09%. Essa distribuição reproduz a participação dessas regiões no produto interno bruto (PIB)⁴ do país.

Região	Arquivo Municipal	Arquivo com site	Total de cidades	Percentual de cidades com arquivo	Percentual de arquivo com site
Sudeste	251	34	1668	15%	13%
Sul	75	18	1191	6,2%	24%
Nordeste	41	4	1793	2,3%	9,7%
Centro-Oeste	7	2	468	1,5%	28%
Norte	8	1	450	1,7%	12%

Quadro 3 - Distribuição dos arquivos municipais pelas regiões.
Fonte: elaborado pelos autores.

Há correlação entre a distribuição das instituições arquivísticas municipais e o PIB regional, sendo possível afirmar que a distribuição reproduz o *ranking* econômico das regiões no PIB do país com base nas informações levantadas. Quanto maior PIB regional, maiores oportunidades de cidadania participativa e participada.

Em 23% das cidades brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes ainda não há arquivo municipal, disso resulta muita preocupação. Dispor de um arquivo municipal para fornecer serviço a sua cidadania, além de preservar a sua identidade e memória da cidade, deveria ser uma meta básica para a municipalidade, mas os governos não procuram trabalhar com sucesso promovendo uma cidadania participada. É essencial que essas cidades invistam na criação de arquivos municipais para garantir serviços de participação cidadã, para assegurar a preservação do patrimônio documental e o acesso a essas informações, ademais de seu uso e reuso. As cidades brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes que ainda não possuem arquivo municipal são elas: Fortaleza (CE), Maceió (AL), Recife (PE), São Gonçalo (RJ) e São Luiz (MA).

É positivo observar que 148 municípios com mais de 100 mil habitantes possuem arquivos públicos, representando 43% das 326 cidades brasileiras

⁴ <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>.

nessa escala de população. Isso indica que uma parcela significativa dessas cidades reconhece a importância dos arquivos públicos e tem investido na criação e na manutenção dessas instituições. Esses arquivos podem desempenhar um papel fundamental na promoção da transparência, da pesquisa histórica e do acesso à informação para os cidadãos.

A existência de 170 arquivos municipais em cidades com menos de 50 mil habitantes é um dado interessante. Embora o número absoluto seja menor em comparação com as cidades de maior porte, é encorajador ver que várias localidades menores também valorizam a preservação e o acesso aos seus documentos históricos. Esses arquivos podem contribuir para a promoção do turismo cultural, a identidade local e a pesquisa histórica nas comunidades de menor porte.

No geral, é importante que as cidades brasileiras, independentemente do tamanho, valorizem e invistam na criação e na manutenção de arquivos municipais. Essas instituições desempenham um papel fundamental na preservação da memória coletiva, no acesso à informação e na construção da identidade local.

	Estadual		Municipal	
Site	19	79% das instituições	59	15,4% das instituições
Base de dados	12	50% das instituições	22	5,75 das instituições
Instrumento tradicional	16	66,6% das instituições	59	15,4% das instituições

Quadro 4 - Arquivos estaduais e municipais com recursos online.
Fonte: elaborado pelos autores.

O Quadro 4 apresenta informações sobre a disponibilidade de recursos *online* nos arquivos estaduais e municipais. Podemos observar alguns aspectos comentados abaixo.

No caso dos arquivos estaduais:

- 19 deles possuem um *site*, o que representa 79% das instituições identificadas. Isso indica que a maioria dos arquivos estaduais possui presença *online*, o que é positivo para facilitar o acesso às informações e aos documentos arquivísticos.
- Em relação à base de dados, 12 arquivos estaduais, o que representa 50% das instituições, disponibilizam esse recurso *online*. A existência de bases de dados *online* é valiosa para pesquisadores e

interessados em acessar documentos e informações de forma mais ágil e eficiente.

- Quanto ao instrumento tradicional, 16 arquivos estaduais, o que corresponde a 66,6% das instituições, ainda utilizam esse método. O instrumento tradicional faz referência a listagens, catálogos impressos, inventários e guias de arquivos. Embora seja importante considerar a digitalização desses instrumentos, a presença deles nos arquivos estaduais indica que ainda é uma prática comum.

No caso dos arquivos municipais:

- 59 deles, representando 15,4% das instituições, possuem um *site*. Embora seja um percentual menor em comparação aos arquivos estaduais, ainda é significativo considerando que muitos municípios podem ter recursos e capacidades limitados para desenvolver e manter um *site*.
- Em relação à base de dados, 22 arquivos municipais, o que representa 5,75% das instituições, disponibilizam algum recurso *online*. É importante destacar que a disponibilidade de bases de dados *online* nos arquivos municipais é mais limitada em comparação aos arquivos estaduais.
- No que diz respeito ao instrumento tradicional, 59 arquivos municipais, correspondendo a 15,4% das instituições, ainda utilizam esse método. Assim como nos arquivos estaduais, a presença desses instrumentos tradicionais nos arquivos municipais indica que ainda são amplamente utilizados.

Esses dados evidenciam a importância de desenvolver recursos *online* nos arquivos estaduais e municipais, tanto na disponibilização de *sites* como na criação de bases de dados. Isso contribui para facilitar o acesso e a pesquisa por parte dos usuários, promovendo a democratização da informação arquivística. No entanto, também é importante reconhecer os desafios que alguns arquivos podem enfrentar em termos de recursos e capacidades para implementar essas soluções *online*.

Nos arquivos municipais, o acesso aos acervos arquivísticos está marcado pelos modos tradicionais de divulgação do patrimônio histórico, mas acrescentando um papel das instituições arquivísticas como atração cultural. Os arquivos analisados⁵ estão comprometidos em fornecer serviços e

⁵ No Brasil, as visitas ocorreram em maio de 2023: Campos dos Goitacazes, Macaé, Petrópolis, Rio de Janeiro e Maricá. Na Espanha, as visitas ocorreram em fevereiro de 2023: Archivo

recursos para seus usuários e trabalham para garantir que os acervos sejam acessíveis e utilizáveis, enquanto protegem e preservam a documentação que contêm.

A observação *in loco*, associada ao diálogo com os profissionais aponta para o compartilhamento da percepção de que os arquivos são importantes repositórios de fontes que documentam as atividades humanas ao longo do tempo, essenciais para a preservação da memória coletiva. Os impactos do uso dos arquivos são percebidos no fortalecimento da identidade cultural; na promoção da participação política dos cidadãos, incluindo a vigilância e a fiscalização das atividades governamentais; no incentivo à educação patrimonial.

Na observação empírica sobre os serviços de acesso à informação realizado pelos arquivos, o espectro de uso por minorias é um relevante problema a ser enfrentado. As fontes para história das minorias ainda são pouco representadas nos instrumentos de descrição arquivística e isso participa da permanência de falta de compreensão sobre experiências e contribuições das minorias para a sociedade. O acesso aos arquivos deve corrigir essa lacuna, permitindo que as minorias encontrem e utilizem documentos históricos e fontes primárias para contar suas próprias histórias. Essa perspectiva auxilia no fortalecimento da identidade e autoestima desses grupos, bem como aumenta a conscientização pública sobre suas experiências e traumas.

Ao incluir as perspectivas das minorias nos instrumentos de pesquisa dos arquivos, os pesquisadores e o público em geral terão mais facilidade para encontrar e utilizar informações relevantes sobre esses grupos. Além disso, a inclusão dessas perspectivas ajuda a promover a diversidade na história, a combater a discriminação e a exclusão social, aumentando a valorização da pluralidade cultural (Lopes & Silva, 2020).

Como abordado na seção anterior, a elaboração dos instrumentos de pesquisa, que são as ferramentas de busca e acesso aos documentos, precisam incluir descritores e termos de busca que representem a diversidade de grupos e experiências; utilizar linguagem neutra e inclusiva ao descrever os documentos e seus conteúdos, evitando termos ou expressões que possam ser ofensivos ou discriminatórios; trabalhar em parceria com os próprios grupos minoritários, permitindo que eles tenham voz na descrição e na interpretação dos documentos, de forma a garantir que suas perspectivas sejam incluídas.

General de la Guerra Civil Española en Salamanca; Archivo Histórico Provincial de Salamanca; Archivo Histórico Provincial de Zamora; Archivo Histórico Provincial de Ávila.

Os instrumentos de pesquisa nos arquivos municipais brasileiros podem variar de acordo com as práticas adotadas por cada instituição arquivística. No entanto, algumas características comuns podem ser identificadas. Abaixo estão elencados os instrumentos mais comuns:

- Guias: fornecem orientações gerais sobre os acervos das instituições e a forma como estão organizados. Incluem informações sobre a história da instituição, as políticas de acesso, os procedimentos de pesquisa.
- Inventários: são instrumentos de pesquisa que descrevem os conjuntos documentais. Eles podem seguir diferentes níveis de detalhamento, desde uma descrição geral até uma descrição mais específica das séries documentais. Os inventários fornecem informações sobre a proveniência dos documentos, o período abrangido, o assunto e outros elementos relevantes.
- Catálogos: listam os documentos de forma ordenada, geralmente por assunto ou tema. Eles podem ser temáticos, geográficos ou cronológicos, dependendo da organização dos documentos nos arquivos municipais.
- Bancos de dados: são bases que podem ser acessadas *online* e permitem que os usuários realizem pesquisas por palavra-chave, assunto, data e outros critérios. Eles fornecem uma forma mais flexível e interativa de pesquisa nos documentos arquivísticos.

É importante notar que nem todos os arquivos possuem bases de dados *online* ou acessíveis ao público, podem ter restrições de acesso devido à sensibilidade das informações contidas em seus acervos, ou podem não ter recursos disponíveis para desenvolver e manter uma base de dados.

Considerações finais

Em relação à problematização inicial desta pesquisa, concluímos que a representação elaborada pelo profissional de arquivo exerce uma influência significativa sobre a forma como os usuários acessam e interpretam os documentos. A qualidade da descrição dos documentos nos arquivos afeta diretamente a capacidade dos usuários de localizarem informações relevantes e compreenderem o contexto dos documentos.

Vários arquivos municipais no Brasil desempenham a função de mediação para atender às necessidades dos usuários. Em comparação com os arquivos estaduais, os arquivos municipais muitas vezes têm um foco mais local e específico. Alguns estados brasileiros se destacam na preservação e

mediação da informação arquivística, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná.

Uma visão precisa sobre a mediação e a representação da informação nos arquivos municipais brasileiros seria bastante beneficiada se já contássemos com dados censitários exaustivos que deveriam ser disponibilizados pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

No entanto, com base no levantamento bibliográfico e na observação *in loco* em algumas instituições arquivísticas confirmamos o entendimento de que os arquivos municipais são responsáveis pela guarda e pela preservação dos documentos produzidos e recebidos, sobretudo, pelos órgãos públicos locais, mas também são responsáveis por aportar novos serviços de apoio à transformação digital e abertura das informações e dados.

A situação dos arquivos municipais varia de acordo com o município em questão. Alguns municípios possuem arquivos organizados, com instalações adequadas, pessoal treinado e recursos para preservar e disponibilizar os documentos para pesquisa. Esses arquivos municipais podem ser acessados por historiadores, pesquisadores, estudantes e qualquer pessoa interessada em consultar os registros históricos e administrativos do município.

Há casos em que os arquivos municipais enfrentam desafios, como falta de recursos, infraestrutura inadequada, falta de pessoal especializado e falta de conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio arquivístico.

Os arquivos são protegidos por leis específicas, em especial, de preservação do patrimônio cultural, que estabelecem diretrizes para a sua gestão, conservação e acesso. É responsabilidade das instituições que gerenciam arquivos garantir que seus acervos sejam preservados adequadamente e tornados acessíveis ao público para fins de pesquisa, estudo e divulgação da história e da cultura. Assim mesmo, faz-se destaque ao valor das instituições abertas, ativas, transparentes, transformadoras.

Ademais, com base na literatura sobre o tema, destacamos que os arquivos devem cada vez mais permitir que as minorias tenham acesso a informações e documentos importantes para a luta por seus direitos e justiça social. Por exemplo, as minorias podem encontrar documentos históricos que detalham violações de direitos humanos ou injustiças sofridas por seus antepassados, o que pode ser usado como prova em processos judiciais e outras ações de justiça.

O acesso aos arquivos pode ser uma ferramenta importante para a construção da solidariedade entre as minorias e com outras comunidades que enfrentam problemas semelhantes. Por exemplo, grupos minoritários podem encontrar inspiração e estratégias em documentos de outros grupos que lutam e lutaram contra a discriminação e a exclusão.

Incluir as perspectivas das minorias nos instrumentos de pesquisa dos arquivos é fundamental para garantir a diversidade e a pluralidade na história e para possibilitar o acesso de pesquisadores e do público em geral a informações relevantes sobre esses grupos. Para isso, é necessário que os arquivos considerem a inclusão dessas perspectivas.

O debate sobre a mediação e representação da informação nos arquivos deve apontar para a importância da digitalização do patrimônio documental ainda em formato analógico, permitindo que seja consultado remotamente por meio de plataformas *online* e facilitando a informação mediante tecnologia social; promovendo a disponibilização de documentos administrativos nascidos digitais, a sua indexação por meio da atribuição de metadados e palavras-chave que tornem mais fácil para os usuários localizarem informações específicas, a sua disposição mediante dados enlaçados; disponibilizando instrumentos de pesquisa *online* na *internet* e formatos que facilitem o uso e reuso das informações.

O uso dos arquivos – e a sua autenticação – fica condicionado pelas ferramentas que possa dispor para a sua cidadania. Neste sentido, são relevantes as ações de conscientização pública sobre a importância dos arquivos, dos serviços que aportam e das oportunidades de se informar e acessar com campanhas de divulgação, eventos educacionais e exposições para envolver a comunidade e incentivar a utilização dos arquivos, mas também com orçamentos consistentes que sustentem a criação de arquivos, que promovam a sua transformação continuada e desenvolvam postos laborais para arquivistas com as competências digitais necessárias.

Referências bibliográficas

- Brilmyer, G., Gabiola, J., Zavala, J., & Caswell, M. (2019). Reciprocal archival imaginaries: the shifting boundaries of “community” in community archives. *Archivaria*, 88, 6-48.
- Cook, T. (2011). The archive (s) is a foreign country: historians, archivists, and the changing archival landscape. *The American Archivist*, 74(2), 600-632.
- Eastwood, T. (2016). Um domínio contestado, a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In T. Eastwood, & H. Macneil (Orgs.), *Correntes atuais do pensamento arquivístico* (pp. 19-45). Editora UFMG.
- Fonseca, M. O. (1998). Informação, arquivos e instituições arquivísticas. *Arquivo e Administração*, 1(1), 33-44.
- Freitas, T. R., & Silva, E. P. (2023). Os instrumentos de pesquisa nos arquivos. *Logeion: Filosofia da Informação*, 9(2), 246-257.

- Gilliland, A. (2011). Neutrality, social justice and the obligations of archival education and educators in the twenty-first century. *Archival science*, 11(3-4), 193-209.
- Jardim, J. M., & Fonseca, M. O. (2004). Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGramaZero-Revista de Ciência da Informação*, 5(5).
- Jimerson, R. C. (2008). Archives for all the importance of archives in society. *Arquivo & Administração*, 7(2), 11-26.
- Lopes, B. da C. M., & Silva, E. P. da. (2020). A divulgação de acervos arquivísticos na web: potencialidades da perspectiva de User Experience aplicada ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *Ciência da Informação em Revista*, 7(esp.), 70-90.
- Lousada, M. (2016). A mediação da informação e a Arquivologia: aproximações teóricas. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, 11(1), 117-134.
- Lowry, J. (2020). El Archivo invertido: umbrales, autenticidade y Demos (Pueblo). *Tabula: revista de archivos de Castilla y León*, 23, 25-54.
- McKemmish, S., Piggott, M., Reed, B., & Upward, F. (Eds.). (2005). *Archives: recordkeeping in society*. Elsevier Science.
- Nesmith, T. (1999). Still fuzzy, but more accurate: Some thoughts on the "ghosts" of archival theory. *Archivaria*, 47, 136-150.
- Orrico, E. G. D., & Silva, E. P. (2019). Divulgação científica nos arquivos do Brasil: representação arquivística na construção da memória e identidade. *Em Questão*, 25(2) 256-277. <https://doi.org/10.19132/1808-5245252.256-277>
- Pereira, D. B., & Silva, E. P. (2019). Funções arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo. *ÁGORA: Arquivologia em debate*, 29(58), 1-22.
- Rodrigues, G. M. (2011). Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. *Acervo*, 24(1), 257-286.
- Rosa, T. C., & Cabero, M. M. M. (2019). Transparência Pública: legislações de acesso à Informação Brasileira e Espanhola. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, 72-93.
- Sezinando, L., & Silva, E. P. (2022). Lei de Acesso à Informação: um olhar a partir do campo arquivístico brasileiro. In E. Geraldes, A. Durante, D. Barros, G. Kaya, G. Medleg, G. Pimenta, H. Lopes, K. Marques, K. Belisário, L. Poletti, M. Tenaglia, P. V. Melo, R. Caetano, R. Belinski, & R. Reis (Orgs.), *Dez anos da lei de acesso à informação: limites, perspectivas e desafios* (1ª ed., pp. 90-103). INTERCOM.
- Silva, D. B. (2013). Indexação para o acesso: novas perspectivas para a Arquivologia em interface com a Análise do Discurso. In L. M. V. Oliveira, & I. C. Borges (Orgs.), *Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI* (1ª ed., pp. 270-276). Associação dos Arquivistas Brasileiros.
- Silva, D. B. (2018). A patrimonialização das culturas LGBTQIAs no Brasil: uma questão urgente. *Acesso Livre*, 9, 25-40.
- Silva, E. P., & Gomes, P. R. (2023). A representação da informação arquivística nos arquivos estaduais brasileiros. In N. B. Tognoli, A. C. Albuquerque, & B. M. N. Cervantes (Orgs.), *Organização e representação do conhecimento em diferentes contextos: Desafios e perspectivas na era da datificação* (1ª ed., pp. 520-527). ISKO Brasil.
- Silva, E. P., & Oliveira, C. (2020). *Relatório técnico sobre censo de arquivos públicos instituídos no Brasil*. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Conselho Nacional de Arquivos. <https://www.gov.br/conarq/pt-br/acesso-a-informacao/relatorio-de-atividades/relatorio-tecnico-sobre-censo-de-arquivos-publicos-instituidos-no-brasil>

ANEXO 1

Cidades brasileiras que possuem arquivo municipal com *site*

UF	Cidade	População	<i>Síte</i> do Arquivo Municipal
BA	Caetité	50.975	http://www.acervos.uneb.br/index.php/arquivo-p-blico-municipal-de-caetit
BA	Salvador	2.872.347	http://www.arquivohistorico.salvador.ba.gov.br/index.html
BA	Santo Amaro	60.069	https://arquivopublicosantoamaroba.wordpress.com/agendamento-de-consulta/
BA	São Félix	14.740	http://arquivomunicipaldesaofelix.blogspot.com/
DF	Brasília	3.015.268	https://www.arpdf.df.gov.br/
MG	Belo Horizonte	2.512.070	https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico
MG	Divinópolis	238.230	http://prefeituradivinopolis.com.br/arquivo-publico/
MG	Frutal	59.496	https://www.cultura.frutal.mg.gov.br/arquivo-p%C3%BAblico
MG	Machado	42.133	https://www.machado.mg.gov.br/arquivopublico.php
MG	Muriae	108.763	https://museudomuriaeense.wixsite.com/memorial/arquivo-historico
MG	Ouro Preto	74.281	http://arquivopublicoop.blogspot.com/
MG	Paracatu	93.158	https://paracatumemoria.wordpress.com/
MG	Pitangui	27.989	https://ihpitangui.com.br/
MG	Ubá	115.552	https://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historico/6526
MG	Uberaba	333.783	https://portal.uberaba.mg.gov.br/adm_indiretas/arquivo-publico_2023-01-25
MS	Campo Grande	895.982	https://www.campogrande.ms.gov.br/arca/
PA	Marabá	279.349	https://casadaculturademaraba.org/acervo-historico/arquivo-historico/
PR	Londrina	569.733	https://portal.londrina.pr.gov.br/arquivo-publico-de-londrina
RJ	Nova Friburgo	190.631	https://www.djoaovi.com/inicio
RJ	Pirai	29.277	https://www.pirai.rj.gov.br/arquivo-municipal
RJ	Resende	131.341	http://arquivoresende.blogspot.com/
RJ	Rio de Janeiro	6.718.903	http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/principal
RS	Bagé	121.143	https://arquivopublicobage.com.br/login.php
RS	Bento Gonçalves	120.454	https://bentogoncalves.atende.net/cidadao/pagina/arquivo-historico

UF	Cidade	População	Síte do Arquivo Municipal
RS	Cachoeira do Sul	82.201	http://arquivohistoricodecachoeiradosul.blogspot.com/
RS	Caxias do Sul	510.906	https://sites.google.com/view/arquivohistoricojsa/in%C3%ADcio?authuser=0
RS	Lajeado	84.014	https://ged.lajeado.rs.gov.br/arquivo_municipal
RS	Porto Alegre	1.483.771	http://ahpoa.blogspot.com/
RS	Rio Grande	211.005	https://arquivoriogrande.wixsite.com/arquivo-historicorg
RS	Santa Maria	282.123	http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/
RS	Santo Ângelo	77.593	http://santoangeloemfatosefotos.blogspot.com/
RS	Uruguaiana	126.970	http://arquivohistorico.uruguaiana.rs.gov.br/
SC	Araranguá	68.228	https://www.ararangua.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/101161
SC	Balneário Camboriú	142.295	http://pergamum.balneariocamboriu.sc.gov.br/pergamum/biblioteca/
SC	Blumenau	357.199	https://arquivodeblumenau.com.br/
SC	Florianópolis	500.973	https://www.fundacaofranklincascaes.com.br/arquivo-historico-municipal-profswaldo-rodrigues-cabral
SC	Itajaí	219.536	https://fgml.itajai.sc.gov.br/
SC	Itapema	65.312	http://itapema.sc.leg.br/programas-institucionais/arquivo-historico/
SC	Timbó	44.238	https://arquivopublicodetimbo.com.br/
SP	Barueri	274.182	https://portal.barueri.sp.gov.br/secretarias/arquivo-municipal
SP	Batatais	62.508	http://acervohistorico.camaratatais.sp.gov.br/main
SP	Campinas	1.204.073	https://arq-camp.campinas.sp.gov.br/
SP	Cubatão	130.705	http://bibliotecacubatao.blogspot.com/p/acervo-do-arquivo-historico.html
SP	Jacareí	233.662	https://atom.culturajacarei.sp.gov.br/
SP	Jaguariúna	57.488	https://municipio.jaguariuna.sp.gov.br/cm/
SP	Lençóis Paulista	68.432	http://bmol.lencoispaulista.sp.gov.br/xmlui/
SP	Limeira	306.114	http://dom.limeira.sp.gov.br/
SP	Mogi das Cruzes	445.842	http://www.comphap.pmmc.com.br/images/iconografia/predios_publicos.html
SP	Olímpia	54.772	https://arquivo.olimpia.sp.gov.br/
SP	Porto Feliz	53.098	https://arquivoportofeliz.wordpress.com/acervo/

UF	Cidade	População	Síte do Arquivo Municipal
SP	Ribeirão Preto	703.293	https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/arquivo-publico-historico/informacoesgerais
SP	Rio Claro	206.424	https://aphrioclaro.sp.gov.br/
SP	Santos	433.311	http://www.fundasantos.org.br/page.php?203
SP	São Caetano do Sul	161.127	http://www.fpm.org.br/
SP	São Carlos	251.983	https://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=101
SP	São José do Rio Preto	460.671	https://www.riopreto.sp.gov.br/arquivomunicipal/
SP	São José dos Campos	721.944	https://fccr.sp.gov.br/fccr/portal/
SP	São Paulo	12.252.023	https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/
SP	Taubaté	314.924	https://taubate.sp.gov.br/novo/arquivo-historico-felix-guisard-filho/

Fonte: elaborado pelos autores.

